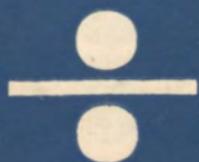


14

**PORTUGAL 75:  
DEPENDÊNCIA  
EXTERNA  
E VIAS DE  
DESENVOLVIMENTO**

**JOÃO MARTINS PEREIRA**

---



**pontos  
de vista**

# **PORTUGAL 75: DEPENDÊNCIA EXTERNA E VIAS DE DESENVOLVIMENTO**

**JOÃO MARTINS PEREIRA**

---



**pontos  
de vista**

Iniciativas Editoriais agradece a *Vida Mundial*  
a autorização para a publicação dos textos que  
integram o presente caderno.

Iniciativas Editoriais  
Lisboa-Portugal.

## I — PORTUGAL DEPENDE DE QUEM ?

Existe o sentimento generalizado de que Portugal é um «país dependente», económica e politicamente. Já para não dizer, também, culturalmente. Mas não se duvide que, se se perguntar a um cidadão comum em que fundamenta ele esse sentimento, se obterá, salvo casos excepcionais, uma de duas respostas: tratando-se de um indivíduo pouco politizado, ouviremos evasivas, frases soltas, pouco conexas, enfim, uma impossibilidade de exprimir com alguma precisão as vias e formas por que se processa essa dependência; se, pelo contrário, damos com alguém fortemente politizado, leitor de jornais, frequentador de comícios, militante convicto até, ouviremos sobretudo um discurso sobre investimentos estrangeiros, imperialismo, americanos, multinacionais, etc., isto é, uma série de estereótipos ligados de modo mais ou menos lógico, mas que, nem por eventualmente corresponderem a uma síntese teórica minimamente correcta escondem menos um efectivo desconhecimento dos factos e da sua articulação. A expressão «independência nacional» toma, assim, geralmente, um ar de piedoso voto quando, para constituir um autêntico objectivo político, haveria que ver bem claro onde e como é que ela «hoje» se encontra posta em xeque, para daí deduzir adequadas formas de acção.

Haverá ainda quem, pragmaticamente, pense que um país da nossa dimensão e desenvolvimento terá sempre de, mais ou menos directamente, depender (em última análise) de uma «grande potência» e que, portanto, não é a questão da dependência que se põe, mas a de escolher (se escolhia nos for permitida) entre esta ou aquela potência «protectora». Pretende-se assim traduzir a ideia, em si correcta, de que a dependência — como a informação — não pode ser politicamente neutra. Ora tal ideia não impede, até por haver sempre a opção (política) de

não-alinhamento, que possam existir vias tendentes a reduzir o grau de dependência global, bem como a própria polarização dessa dependência.

Por tudo isto parece de alguma utilidade documentar, ainda que sumariamente, vários aspectos fundamentais em que tal dependência com mais clareza se manifesta.

## **Dependência tecnológica**

Torna-se difícil, em muitos casos, compartimentar ou catalogar as formas de dependência. Se fazemos essa separação é para melhor identificar as grandes vias do domínio externo a que estamos submetidos e para facilitar a exposição dos factos. Assim, por exemplo, para introduzir a questão da dependência tecnológica, vamos apresentar duas situações concretas, sendo certo que a segunda, aparentemente muito menos importante, remete para problemas que vão bastante para além dessa simples forma de dependência. São elas:

Uma unidade industrial, para determinado fabrico, adquiriu uma máquina, bastante complexa, coberta por uma «licença de processo». Pela natureza mesma daquele fabrico, a máquina compreende numerosas peças de desgaste e certos órgãos muito sensíveis que pode ser necessário substituir-se com imprevisível frequência (umas e outros só adquiríveis ao licenciante/fornecedor estrangeiro). Dada a contínua evolução, o detentor da tecnologia modifica, também com imprevisível frequência, a concepção de alguns órgãos essenciais da máquina, obrigando o utilizador a uma periódica renovação/inutilização de «stocks» dessas peças. A dependência em relação ao licenciante é, neste caso, praticamente total.

Outra grande unidade industrial esteve há tempos em risco de parar temporariamente a sua laboração, porque a Inglaterra decidiu suspender a exportação de... cintas de aço. Com efeito, o produto em questão é embalado para expedição em «feixes» apertados por tais cintas, sendo esse aperto efectuado por máquinas inglesas que trabalham ex-

clusivamente com «esse» tipo de cintas. O problema só se resolveu porque, por razões desconhecidas, a Inglaterra voltou a autorizar, a tempo, essa exportação. Escusado dizer que, no total das nossas importações, o valor destas cintas para embalagem é absolutamente insignificante.

É claro que, neste último caso, ao contrário do primeiro, surge imediatamente a questão: porque não se fabricam em Portugal as ditas cintas? Será algo que «tecnologicamente» nos é inacessível? Põem-se, de facto, aqui problemas de fundo, para além da tecnologia, que deixaremos para comentar mais adiante, ao tratar da dependência comercial.

O primeiro caso é apenas um exemplo de uma situação geral que se pode resumir da seguinte maneira: para a grande maioria das indústrias existentes, ou que se pretendam vir a instalar, a tecnologia (o «know-how») foi, ou terá de ser, adquirida no estrangeiro. Por que vias? Se se trata de uma indústria «de série», cuja produção se efectua pela passagem da matéria-prima através de um conjunto de máquinas «standard» (ex.: têxteis, conservas alimentares, aglomerados de madeira, moagens, massas alimentícias, artigos de plástico, etc.), é normalmente o fabricante das máquinas quem, por via desse fornecimento, cede a tecnologia. A condução deste tipo de fábricas dispensa em geral qualquer assistência estrangeira, embora, em certos casos, se fique dependente do fornecimento de determinados produtos ou informações (por ex. fórmulas de mistura). Mas, como sucedia no primeiro exemplo, a dependência em relação ao fabricante é praticamente total no que se refere às «peças de substituição», indispensáveis à conservação da unidade. Exactamente como, sem se darem conta, os automobilistas que adquiriram um carro de determinada marca estão na completa dependência, para o manterem em estado de utilização, do fornecimento de acessórios, fornecimento esse que, aliás, constitui uma substancial parcela do negócio do fabricante (bem como do seu agente em Portugal).

Mas o problema agrava-se quando abordamos as chamadas indústrias «de processo», sobretudo as dos sectores básicos da química, petróleos, metalur-

gia, etc. O fabrico destes produtos de base, envolvendo em geral reacções complexas, que exigem condições muito precisas de pressão, temperatura, etc., é efectuado segundo «processos» desenvolvidos através de prolongada e aprofundada investigação laboratorial e industrial. Para cada produto existem no mundo apenas uma meia dúzia de «detentores de processo», quase sempre grandes firmas internacionais, que os exploram directamente ou cedem a licença a grandes empresas de «engineering». São indústrias com enormes «economias de escala» (isto é, em que as grandes capacidades conduzem a consideráveis reduções no custo do produto) e que, por isso mesmo, implicam a mobilização de grandes volumes de capital e, em países pouco desenvolvidos, têm com frequência que se basear na exportação. Então, embora com origem na tecnologia, verifica-se, nestes casos, geralmente, uma múltipla dependência:

— no capital: o detentor do processo associa-se ao investidor nacional, proporciona-lhe o acesso ao crédito internacional, etc.

— na montagem/conservação: os desenhos de montagem (dirigida por técnicos estrangeiros) e de execução dos equipamentos muitas vezes não são fornecidos, sendo necessário chamar de urgência «especialistas» estrangeiros para resolver problemas graves de conservação. Quanto a peças de reserva, o problema é idêntico ao do caso inicialmente descrito.

— na exploração: permanência ou vinda periódica de técnicos estrangeiros; aquisição obrigatória de certos produtos «secretos» (catalisadores, por exemplo).

— na comercialização: a participação no capital está com frequência associada à garantia de escoamento no exterior da parte da produção a exportar.

É, obviamente, através de indústrias deste tipo, aquelas em que é mais forte a acumulação de capital, que se processa a interligação entre os principais grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, no campo industrial. De resto, a situação de dependência em que os primeiros se encontram em nada os impede de terem, por sua vez, uma posição domi-

nante à escala nacional, o que lhes permite repercutir sobre os trabalhadores/consumidores os principais inconvenientes dessa dependência.

## Dependência comercial

Chamamos assim, para simplificar, à dependência que se verifica pelo facto de existirem, e se intensificarem, as relações de importação e exportação. Da mesma forma que, na nossa vida quotidiana, estamos «dependentes» de quem nos venda tudo o que necessitamos (alimentação, vestuário, etc.) e de quem nos compre o nosso «produto», ou seja, a nossa força de trabalho (uma empresa, um patrão). No caso do comércio externo nacional, surge ainda um terceiro problema: dado que Portugal necessita de adquirir no estrangeiro muito mais produtos do que aqueles que tem para vender, é-lhe indispensável dispor dos «meios de pagamento» para financiar essa diferença. Deixaremos esta questão para o tratamento da «dependência financeira».

Alguns números são suficientes para situar esta forma de dependência:

Em 1973, Portugal importou 73 milhões de contos de mercadorias, exportou 45 milhões de contos<sup>(1)</sup>. Dez anos antes, em 1963, esses números foram, respectivamente, de 19 e 12 milhões de contos — o que, mesmo tendo em conta a inflação, representa uma diferença espectacular. Em termos do indicador clássico de importância do comércio externo na economia de um país que é a relação entre a soma importações + exportações e o respectivo produto nacional, temos: para 1963 — 37 por cento; para 1973 deve aproximar-se dos 60 por cento (Estados Unidos: menos de 10 por cento).

Das importações de 1973, mais de 10 milhões de contos correspondiam a produtos alimentares de

*total 427.  $\frac{23+45}{231(PII)}$*

(1) Todos os números que se indicaram relativos a 1973 foram extraídos do relatório do Banco de Portugal e são, de um modo geral, considerados «provisórios».

base (carne, cereais, oleaginosas, açúcar, bacalhau, etc.); mais de 10 milhões de contos, a matérias-primas industriais (petróleo bruto, algodão em rama, sisal, minérios, etc.); mais de 25 milhões de contos, a máquinas e bens de equipamento.

Nos últimos anos, apenas 4 países (Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha Federal e Suécia) adquiriram cerca de 55 por cento das nossas exportações, e também 4 países (Alemanha Federal, Inglaterra, Estados Unidos e França) nos forneceram cerca de 50 por cento das nossas importações.

Em 1974, com o fortíssimo aumento dos preços do petróleo e de numerosas outras matérias-primas (bem como devido à retracção «política» dos mercados importadores — esta, por hipótese, apenas temporária), é de esperar um substancial agravamento do défice comercial acima referido. O Gabinete de Estudos do B.P.A. estima-o em cerca de 40 milhões de contos.

Os números que se acabam de referir, sem mais comentários, já dariam, só por si, uma ideia da medida em que Portugal está dependente do exterior pela via das trocas comerciais. Mas convirá ir um pouco mais longe e acentuar certos aspectos.

Em primeiro lugar, a dependência externa no que toca a produtos alimentares é sublinhada não só pelo volume de importações indicado mas também pelo facto de se ter vindo a agravar, a partir de 1970, o défice da «balança alimentar»: enquanto até aí exportávamos e importávamos um valor sensivelmente idêntico de produtos alimentares, em 1973 já as importações excederam em 4 milhões de contos as exportações. Tem sido crescente a incapacidade dos sectores agrícola, pecuário e das pescas para garantir a subsistência dos portugueses. De notar ainda que uma parte importante daquelas importações estavam «asseguradas» através do mecanismo colonial (milho, açúcar, oleaginosas, etc.), geralmente a preços muito favoráveis, o que, naturalmente, a muito breve prazo cessará.

Em segundo lugar, interessa referir a incidência desta questão nos níveis salariais dos trabalhadores portugueses. Enquanto na fase inicial da «industrialização» portuguesa, com o País razoavelmente iso-

lado, a política de substituição de importações funcionou com baixíssimos salários, permitindo uma acelerada acumulação de capital, a «abertura» dos anos mais recentes, com forte impulso à exportação, impôs, dado o subdimensionamento da maioria das unidades industriais e as deficiências de organização e gestão, a «contenção» salarial, de forma a minimamente poderem competir nos mercados externos. Daí a dizer-se que fortes aumentos salariais levarão a falências, desemprego, redução drástica das exportações, aumento concomitante de dependência externa, vai um passo, demasiado fácil. Escamoteia-se assim que foi precisamente à custa de baixos salários que se virou a indústria portuguesa para uma exportação, a que agora se imputa o ter de manter... baixos salários. Ora, com círculos viciosos destes, cremos que nunca se explicou o que quer que fosse.

Em terceiro lugar, uma breve referência ao problema da importação de inflação pela via do comércio externo. Um simples cálculo leva-nos a concluir que o volume de exportações portuguesas de 1973, vendidas ao preço médio de 1972, teriam rendido a Portugal menos cerca de 8 milhões de contos. Pelo seu lado, as importações realizadas, também ao preço médio de 1972, ter-nos-iam custado igualmente menos cerca dos mesmos 8 milhões de contos. Dir-se-ia então que a «balança inflacionista» estaria equilibrada. É falso. De facto, «ficou» entre nós a inflação contida nos produtos alimentares, nos bens de consumo, nas matérias-primas para indústrias destinadas ao mercado interno. Em todos esses casos se poderá admitir que os aumentos dos preços dos bens importados passaram, directa ou indirectamente, ao consumidor português. O que não impede que os exportadores, pela sua parte, não tenham dado também o seu contributo para a inflação dos países importadores. Numa situação como a actual, o que se passa é que os vários países capitalistas «alimentam» a inflação uns nos outros.

Por fim, um aspecto que se liga com o ponto anterior, a dependência tecnológica, e que é ilustrado pelo segundo exemplo aí apresentado. Como se viu, há importações que, ou por se tratar de matérias-primas de que não dispomos, ou pela soma de conhecimentos tecnológicos que supõem, se podem,

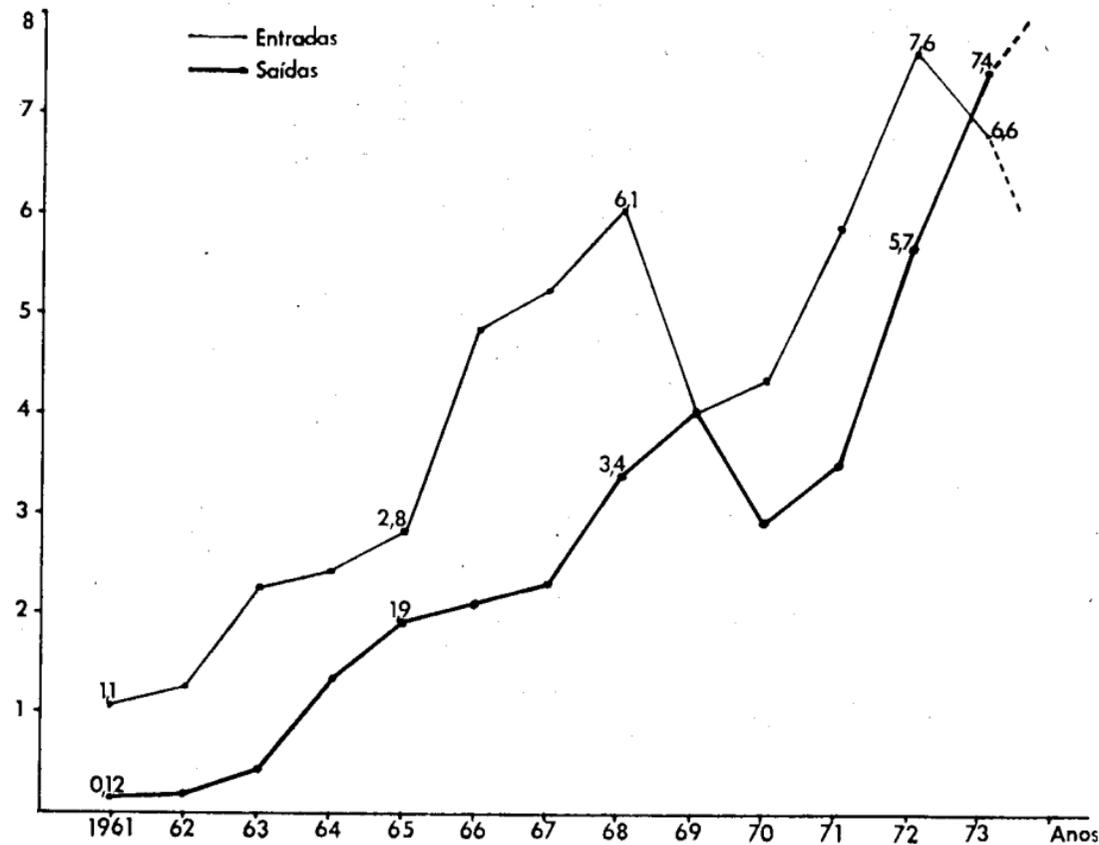
a prazo, considerar inevitáveis (apenas sendo possível eventualmente reduzir as numerosas formas de dependência que, como se viu, a esta última frequentemente estão associadas). Mas outras há para as quais se torna difícil admitir a mesma inevitabilidade. Porque não evitá-las? A resposta é simples: um investidor capitalista só se lança num determinado fabrico se julgar assegurada uma aceitável taxa de lucro. O que em Portugal se consome de cintas de aço para embalagem não chega, provavelmente, para que alguém pense em fabricá-las, ainda que, de um ponto de vista tecnológico, não se pusessem problemas de maior. E o mesmo em relação a numerosíssimos produtos que, na totalidade, representam muitos milhões de contos de importações.

### **Dependência financeira**

Não nos alongaremos demasiado sobre este ponto, por ser aquele que, de uma forma geral, mais tem atraído as atenções dos que com estas questões se ocupam. A dependência portuguesa neste campo releva, grosseiramente, de duas ordens de necessidades, parcialmente sobrepostas: financiamento do investimento e financiamento das compras ao exterior (a sobreposição dá-se, obviamente, nas importações de «bens de equipamento»). A entrada em Portugal de meios monetários e financeiros estrangeiros efectua-se por diversas vias, sendo as seguintes as mais importantes: operações de capital do sector privado (investimentos estrangeiros directos, créditos à compra de mercadorias, empréstimos financeiros), operações de capital do sector público (dívida externa), transferências privadas (sobretudo as remessas de emigrantes), despesas dos turistas estrangeiros em Portugal. Vejamos então algumas informações básicas:

No que respeita às operações do sector privado a médio e longo prazo, verifica-se que subiram aceleradamente ao longo dos anos 60 (v. gráfico). Em 69, as entradas de capitais tiveram uma descida brusca, retomando um forte crescimento até 73, com nova queda, agora menos acentuada. Não se pode

Milhões de Contos



Operações de capital médio/ longo prazo do sector privado

deixar de ser tentado a relacionar aquelas duas des-  
cidas, respectivamente, com o primeiro ano de go-  
verno marcelista e consequente expectativa dos  
investidores (ainda por cima agravada com a suposta  
«agitação eleitoral»), e com o ano de degradação  
político-económica que foi 73. Note-se que, a ser  
correcta tal hipótese, terão sido os capitalistas por-  
tugueses os mais assustados, pois as quedas deram-  
-se nos créditos e empréstimos, continuando a subir  
regularmente os investimentos directos estrangei-  
ros. Estes, que lentamente haviam subido dos 10  
por cento (em 67) aos 21 por cento (em 71 e 72) do  
total de capitais entrados, passaram em 73 a 37 por  
cento (atingindo os 2,5 milhões de contos; apenas,  
de resto, cerca de 5 por cento do investimento total  
em capital fixo no País). Mas o que de mais signi-  
ficativo indica o gráfico é que em 1973, pela primeira  
vez, *as saídas de capitais excederam as entradas*.  
E, mostram os números do Banco de Portugal, isso  
deve-se à subida em flecha dos «reembolsos e amori-  
zizações» dos créditos e empréstimos. É o famoso  
fenómeno de inversão que os latino-americanos tão  
bem conhecem, e que consubstancia a mistificação  
dos «auxílios financeiros».

Em 1971, cerca de 50 por cento dos investimen-  
tos directos estrangeiros provinham de três países:  
pela ordem, Estados Unidos, Alemanha Federal e  
Inglaterra; em 1973 esses mesmos países já repre-  
sentavam perto de 60 por cento, tendo a Alemanha  
Federal passado, destacada, à primeira posição. Não  
dispomos de elementos quanto aos créditos e em-  
préstimos, mas cremos não errar atribuindo a esses  
países, juntamente com a França, uma larga prima-  
zia: de facto, tratando-se em boa parte de créditos  
ligados a mercadorias, é natural que a sua origem  
se situe nos países nossos principais fornecedores.  
Note-se, de passagem, que os países citados, com o  
Japão, são os «centros» da grande maioria das fir-  
mas multinacionais, que são, por sua vez, os prin-  
cipais «agentes» do domínio tecnológico, financeiro,  
comercial e, em última análise, político.

Quanto ao sector público, os movimentos de ca-  
pitais situam-se a níveis inferiores, mas é de notar  
que já desde de 1970 se deu a «inversão»: as ope-  
rações de capital do sector público são deficitárias

desde esse ano. O montante total da dívida externa tem andado regularmente em torno dos 25 por cento da dívida pública total, sendo actualmente da ordem dos 11 milhões de contos.

As principais fontes de financiamento do défice comercial têm sido, desde há alguns anos, as remessas de emigrantes e o saldo do turismo. Em 1973 atingiram, respectivamente, os valores de 26,5 e 6,9 milhões de contos. Dez anos atrás, em 63, esses números eram de 2,4 e 1,2 milhões de contos; em 68 já subiam a 7,9 e 3,9 milhões de contos.

Não parecem necessários muitos comentários. Apenas acentuar o facto de que, tal como a balança comercial, também a balança de capitais deverá certamente ver agravado o seu défice em 1974. Quanto ao futuro, não se torna fácil a previsão: depende simultaneamente da situação política entre nós, do evoluir da «crise» capitalista a nível mundial, da atitude que, em relação a Portugal, tomem os países árabes, etc. Na melhor das hipóteses, poderemos diversificar os «pólos» da nossa dependência financeira. Também da evolução daquela «crise» dependerão as vindas de turistas e as remessas de emigrantes, estas igualmente função, em boa medida, dos acontecimentos políticos em Portugal (isto por diversos mecanismos, mais ou menos directos). Uma coisa se afigura segura: estas duas últimas fontes dificilmente voltarão a chegar para cobrir, por si só, o défice comercial, como vinha acontecendo. Sendo certo que as reservas de ouro e divisas são ainda suficientemente confortáveis para não causar a médio prazo quaisquer problemas de pagamentos externos, não é, contudo, ocioso sublinhar até que ponto Portugal «depende» hoje dos seus emigrantes e, em menor escala, dos prósperos (até aqui) europeus que por cá vêm passar férias. E tudo isto tem, quer queiramos quer não, inevitáveis repercussões políticas.

A multiplicação de viagens de responsáveis governamentais, por um lado aos Estados Unidos e aos principais países europeus, por outro às mais importantes colónias de emigrantes e, mais recentemente, aos países árabes, não poderão ser completamente entendidas sem ter presentes os números

e considerações que vimos apresentando. Bem como, naturalmente, as numerosas missões aos países do Leste europeu.

## **Dependência política e «civilizacional»**

Embora nos interessasse sobretudo documentar as formas de dependência económica, não podemos deixar de aflorar, à guisa de parêntesis, dois aspectos que, embora com ela intimamente ligados, se nos apresentam a níveis distintos do imediatamente económico.

O primeiro é o nível político, a que muitos com mais propriedade gostam de chamar geopolítico. Portugal encontra-se no «espaço político e geográfico capitalista», tacitamente delimitado do «espaço político e geográfico socialista». Dentro de cada um deles a integração cada vez mais forte (e não só a económica e financeira) tem sido a regra, e não têm sido dadas a escolher as dependências ou independências que os respectivos povos se lembrem de preferir. Tudo se passa, de facto, de acordo com equilíbrios cuidadosamente mantidos, «a alto nível», o que se torna particularmente evidente em zonas cuja partilha ainda não foi em definitivo fixada: doseiam-se as armas a fornecer a arábes e israelitas, equilibra-se a influência soviética na Índia com trigo americano (sem o qual morreriam anualmente de fome ainda mais indianos), e por aí adiante. Esta é de todas, a dependência mais inquietante, aquela que mais drásticas restrições impõe à «autodeterminação» dos portugueses. É também aquela que mais agudamente sublinha a «interdependência» entre as «lutas de libertação» dos trabalhadores de todos os países e, no que mais directamente nos toca, dos trabalhadores dos países capitalistas europeus. Por isso mesmo lhes não pode ser indiferente o que, no campo político, venha a suceder nos tempos mais próximos em Espanha, na Itália ou em França.

O outro nível, a que chamamos «civilizacional», é o que diz respeito à «escala de valores» que modela a nossa vida quotidiana. Uma série de comportamentos-tipo, a naturalidade com que aceitamos certas formas de relação com os outros, fazem parte

do «universo capitalista» em que nos movemos — universo competitivo, agressivo, «mecanizado», falsamente moralizante, em que «tudo» é mercadoria, «tudo» se reduz a valores de troca. Os que vejam estes atributos igualmente no chamado «mundo socialista» não estarão mais do que a reconhecer até que ponto a ideologia burguesa aí terá afinal também acabado por triunfar — tema que obviamente ultrapassa os objectivos deste texto. Apenas quise-mos, muito brevemente, referir em que medida estamos dependentes, e não só materialmente, de uma certa «civilização», da qual só uma autêntica «revolução cultural» nos poderá vir a libertar. Basta pensarmos um momento em como nos é difícil imaginar uma cidade sem automóveis e, mais ainda, o que isso implicaria nos mais variados planos da vida económica e social. Tal «revolução» não será seguramente a mais fácil, nem sequer poderá ser a primeira a fazer-se.

### **Conclusões — que fazer ?**

O que se acaba de descrever não é mais, em termos de informação, do que o sistema global de domínio dos países mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos, no campo capitalista. É, afinal, a fatia que nos cabe dessa dominação «imperialista». Vimos, aliás, em vários passos, serem os trabalhadores as vítimas últimas deste sistema de «dependências em cascata». O que significa, numa perspectiva antitética, que precisamente «deles» depende o sistema, globalmente, para funcionar.

O panorama traçado da dependência portuguesa pode, aos mais sensíveis ou desprevenidos, parecer pouco menos que aterrador. Dir-se-ia estarmos enleados numa teia e que só nos resta enlearmo-nos cada vez mais, enquanto vamos sonhando com as inacessíveis delícias de uma ilha nos mares do Sul. Mas isso seria aceitar que o conhecimento da realidade é desmobilizador, comodidade a que não poucos cedem. Ora, pelo contrário, esse conhecimento é indispensável se pretendermos encetar um processo de modificação dessa mesma realidade. Tem mesmo de ser esse o nosso ponto de partida.

Há elementos, nas condições da dependência externa portuguesa, que está fora do nosso alcance alterar, ou mesmo significativamente influenciar, como sejam as perspectivas de crise, ou de depressão económica, nos países capitalistas de que mais directamente estamos dependentes, ou a situação de inflação generalizada que neles simultaneamente se verifica — com as inevitáveis consequências na retracção desses mercados face às nossas exportações, na queda das remessas de emigrantes (que, em parte, poderão ficar desempregados, ou até regressar), na vinda de turistas, etc. Mas há, apesar de tudo, uma razoável margem de actuação que se traduz em duas grandes linhas de orientação, só aparentemente contraditórias.

Num primeiro tempo, a única possibilidade é uma diluição da dependência: tornar a dependência «extensiva», em lugar de «intensiva», como hoje. Ou, por outras palavras, tender para uma interdependência, em substituição da actual dependência polarizada.

Num segundo tempo, mas a ser pensado desde já, uma completa exploração de «todos» os factores de «autonomização» que possam contribuir para uma segura atenuação da dependência, tendo em vista, em particular, reduzir ao mínimo as «vias de estrangulamento».

Explicitemos. A primeira linha supõe uma ampla diversificação de mercados, de países fornecedores de mercadorias, tecnologias, capitais e turistas. Supõe também que, nessa diversificação, tenham um lugar tão importante quanto possível os países ditos não-alinhados, por óbvias razões. Por não menos óbvias razões é indispensável a famosa «abertura a Leste», mas convém não ter demasiadas ilusões sobre os seus efeitos na dependência política, pelo exposto acima.

A segunda linha implica uma actuação interna, ao nível do conceito e processos de desenvolvimento, e só pode assentar num projecto político audacioso, impossível — diga-se desde já — sem que os trabalhadores, a todos os níveis, minimamente se reconheçam nele, e nele sejam parte activa. As grandes

orientações subjacentes a esta linha de acção, não poderiam deixar de ser:

«Autonomia alimentar», exigindo um impulso decisivo aos sectores agrícola, pecuário e das pescas. E não se vê que isso possa ser feito sem profundas alterações estruturais.

«Reformulação radical da política industrial», centrada numa acelerada expansão e integração das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas (objectivo: máxima autonomia na produção de bens de equipamento), no desenvolvimento de múltiplas indústrias de bens intermédios e de consumo (condição: inventariação exaustiva de recursos e necessidades), no controlo do Estado sobre as indústrias básicas e sobre as aquisições de tecnologias avançadas (objectivo: canalizar para o Estado a «gestão» das dependências tecnológicas e financeiras de maior importância)<sup>(1)</sup>.

Dir-se-á que tudo isto consiste em regressar a um esquema de «substituição de importações», correntemente considerado ultrapassado. É mesmo natural que se fale de utopia ou de inviabilidade. Certo é que não há «filosofia» alternativa, se o objectivo for o de conquistar uma relativa margem de autonomia, inclusive política. Também a não há se se raciocinar em termos de «transição para o socialismo», a menos que por este se entenda uma pacata social-democracia ou uma simples mudança de «campo de dependência» (e haveria que ver a viabilidade de de uma e outra). De facto, a aplicação da política subjacente àquelas orientações implicaria saltar para fora do esquema do «só se fabrica o que é rendível», o que exigiria uma ampla intervenção do Estado, em particular no sentido a dar à selectividade dos seus apoios. Que isto entraria em conflito com a

---

(1) Um exemplo feliz que se poderá inserir numa estratégia deste tipo é a decisão de criação entre nós da indústria do açúcar de beterraba. Com efeito, Portugal adquirirá autonomia quanto à produção de açúcar, simultaneamente estimulando a agricultura, com melhor aproveitamento dos regadios, e a pecuária, a que a cultura da beterraba imprime, geralmente, um forte impulso.

«integração europeia», sem dúvida que sim. É importante que se saiba que maior integração é igual a maior dependência.

Convém, de resto, salientar que, permanecendo no quadro do sistema capitalista mundial, o problema da dependência não tem, em definitivo, solução. Como o da concentração do capital.

## II — ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO: ALGUMAS QUESTÕES BÁSICAS

Um dos três grandes objectivos apontados pelo M.F.A., e constantemente recordados no seu boletim é «desenvolver». *Como* desenvolver? De acordo com o programa do M. F. A.: dentro de uma estratégia antimonopolista, em benefício das camadas mais desfavorecidas, num quadro político democrático. Numa óptica de «reconstrução nacional», para utilizar a expressão lançada no último boletim. Mas o facto é que, para o comum dos mortais, tudo isso é bastante vago. Ora, como se pretende uma ampla participação, como se desejaria uma vasta mobilização popular, haverá naturalmente que mostrar com toda a clareza as implicações e limitações que têm as várias alternativas de «desenvolvimento», que colocar as «questões-chave» com suficiente simplicidade para que cada um possa intervir, isto é, adquirir consciência da medida em que (e para quem) está a «desenvolver» ou, inversamente, da medida em que (e para quem) está a «ser desenvolvido».

Como pequeno contributo para esse esclarecimento, seleccionámos algumas das questões a debater, se se quiser olhar o desenvolvimento não só em termos económicos mas, sobretudo, em termos políticos.

### **Agricultura ou Indústria?**

Esta foi a grande alternativa que se pôs aos novos países independentes, ao acordar dos seus diversos colonialismos, nas décadas de 50 e 60. Os tecnocratas de que se rodearam as respectivas burguesias no Poder, bem como os numerosos consultores estrangeiros que eram chamados para ajudar na

elaboração do plano, viam a questão essencialmente na perspectiva de «quebrar os círculos viciosos do subdesenvolvimento», na linha de Myrdal, de levar a economia à fase de «arranque», na linha de Rostow, enfim, de um modo geral, aplicavam a esses países critérios exclusivamente técnicos que pouco tinham a ver com as realidades sociais e políticas que aí se verificavam. Eram, evidentemente, sensíveis ao facto de quase sempre existir um vasto sector agrícola de subsistência que escapava, em grande parte, aos circuitos monetários, mas o que os preocupava, acima de tudo, era o crescimento, tão acelerado quanto possível, do produto nacional. E tal objectivo exigia *tecnicamente* uma rápida industrialização. Com efeito, a produtividade industrial é muito superior à agrícola — isto é, o produto (ou «valor acrescentado») por trabalhador (ou por hora de trabalho) na indústria é muito mais elevado do que na agricultura.

Não nos detemos, e seria importante, nos fracassos que estavam reservados àquelas estratégias e nas razões, essencialmente políticas (dominação imperialista, neocolonialismo, estruturas de classe internas), que a eles conduziram. O certo é que em Portugal-74 nos encontramos numa situação em que alguns poderiam ser tentados a ver certas analogias com as que se acabam de referir. Sem negar que as haja (sobretudo o termo-nos descoberto como País do Terceiro Mundo), a lição daqueles fracassos deveria levar-nos, por si só, a evitar pôr o problema em termos tão simplistas. Mas, para além disso, há diferenças estruturais que, à partida, eliminam qualquer veleidade desse tipo. De facto, estamos em face de uma economia totalmente monetarizada, em que as relações de produção capitalistas se estendem a todos os sectores de actividade e em que, por via disso, é muito maior a diversificação e mais densa a malha de interligações entre as empresas e os sectores, quer a nível nacional, quer a nível internacional. Acresce ainda que, em Portugal, a importância do sector industrial é já, em termos de *produto*, dupla da do sector primário (agricultura, silvicultura, pescas), se bem que a diferença seja muito menor em termos de *emprego* — o que revela a produtividade muito inferior deste último.

Pois, ainda assim, tendo tudo isso presente, cremos ser extremamente didáctico examinar duas estratégias-limite, inspiradas da alternativa básica agricultura/indústria (que em Portugal em larga medida coincide com interior/litoral), e discorrer um pouco sobre as implicações respectivas.

A primeira alternativa seria a de dirigir o esforço prioritário, ou pela menos «enviezá-lo» fortemente no sentido do sector agrícola: esforço de investimento, mas também de dinamização/mobilização cultural e política. Algumas consequências de tal orientação:

- Um crescimento mais lento do produto nacional (devido à mais baixa produtividade do sector), mas uma melhor distribuição, *na origem*, desse mesmo produto: melhor equilíbrio sectorial e regional.
- Um considerável decréscimo no número de trabalhadores agrícolas (dado que a produtividade no sector aumentaria), impondo a criação, em outros sectores, de actividades capazes de lhes dar ocupação.
- Uma tendência marcadamente «descentralizadora», já que as actividades referidas no ponto anterior (indústrias, serviços), dentro da mesma linha de orientação, seriam preferencialmente localizadas nas regiões do interior.
- Uma reanimação — económica, política, cultural — do interior do País.
- A possibilidade (tão-só) de formular uma alternativa aos modelos clássicos das sociedades ditas industriais: novos padrões de consumo, menores desperdícios sociais, descompressão urbana, etc.

Deixando para depois os comentários, vejamos desde já a outra estratégia-limite. Essa seria a de buscar, em contrapartida, o mais rápido crescimento possível do produto nacional. Neste caso, as implicações mais evidentes seriam:

- Uma orientação prioritária dos investimentos para os sectores mais «reprodutivos», privilegiando as indústrias de mais alta produtividade

e maior taxa de acumulação, como sejam as chamadas indústrias capital-intensivas.

- A opção pelo chamado «sacrifício de gerações», pois a linha expressa no ponto anterior significa favorecer o investimento em detrimento do consumo, admitindo-se que daquele virão a «beneficiar as gerações futuras».
- A aceitação de uma cada vez maior «polarização do desenvolvimento» nas grandes áreas urbano-industriais, que aquele tipo de indústrias normalmente procura.
- A hipótese da «possibilidade social» de uma mais lenta absorção do desemprego e das desigualdades sociais.
- Uma forte concentração do poder político/económico, ainda que seja num forte Estado-patrão (um Estado forte seria, em qualquer caso, exigido pelo ponto anterior).

Convém, antes de mais, precavermo-nos da tentação de ver na primeira estratégia uma, ainda que vaga, inspiração «chinesa», e no segundo uma inspiração, ainda que vaga, do «modelo» soviético. As diferenças são tais, em relação a um ou outro desses exemplos, e em particular às situações de partida respectivas, que talvez não valha muito a pena perder tempo com a análise dessas supostas analogias (o que não quer dizer que não devamos meditar em lições alheias). O que importa, isso sim, é sublinhar o facto de ser a primeira alternativa (na sua «pureza» de modelo-limite) muito mais exigentemente anticapitalista do que a segunda, na medida em que não subordina a orientação dos investimentos à sua máxima rendibilidade (privada ou estatal) ou às servidões da acumulação. Ela será mesmo, em última análise a única compatível com o que se possa designar por *socialismo* necessariamente descentralizador e «inovador». Só uma estratégia deste tipo, contra o que possa parecer, poderia criar as condições para um «salto político» (para quê falar de transição?), o que não impede que, paralelamente, seja indispensável o Estado concentrar nas suas mãos os chamados «sectores básicos» — pois com esses sectores entregues aos grandes grupos privados, é deles que qualquer es-

estratégia dependerá, e não podemos ter ilusões sobre os resultados.

Explicitemos agora, para melhor ilustração, alguns dos aspectos acima referidos.

## **Centralizar ou Descentralizar?**

É mais que sabido que, na generalidade dos casos, se se deixar um empresário livre de escolher a localização de uma nova fábrica, é fortíssima a probabilidade de que venha a instalar-se na região de Lisboa-Setúbal, ou na de Aveiro-Porto-Braga. Diz-se que o empresário procura beneficiar assim de «economias externas»: vias de comunicação, energia, águas, esgotos, facilidades de recrutamento de trabalhadores (sem necessidade de lhes construir habitações, por se tratar de zonas urbanizadas), contacto fácil com entidades oficiais, telefones, etc. Em particular as grandes indústrias de base (químicas, petróleos, siderurgia, etc.) tendem a localizar-se junto de portos importantes, pois geralmente importam (ou exportam) grandes quantidades de matérias-primas (ou produtos), e essa localização reduz-lhes sensivelmente os custos e aumenta-lhes a competitividade. Não é, pois, de estranhar que um país de estrutura capitalista cada vez mais se assemelhe a um espaço vazio pontuado de grandes metrópoles urbanas, nas quais (ou em torno das quais) se situa a esmagadora maioria das actividades industriais e da população.

Por aqui se vê que uma alternativa como a que primeiro se expôs é *incompatível* com uma lógica de desenvolvimento capitalista. As numerosas indústrias (e teriam de o ser) fortemente criadoras de emprego — na sua maioria indústrias ligeiras — que, nessa perspectiva, viessem a ser disseminadas pelo interior, de forma a dar trabalho aos que o programa de desenvolvimento agrícola desocupasse das actividades rurais, teriam *quase sempre* uma menor rendibilidade do que se localizadas próximo dos centros urbanos. Além de que tal estratégia iria frontalmente contra o processo de «concentração». Sendo assim, só por orientação do Estado, ou *por exigência* das próprias populações locais, ela pode-

ria ser ao menos esboçada. A menos que seja o Estado a subsidiar tais empresas, ou, por outras palavras, a garantir-lhes os lucros: mas essa é a política clássica de «descentralização» dos Estados capitalistas e, que se saiba, isso nunca impediu que as metrópoles urbanas continuassem a crescer alegremente (humor negro...). A alternativa de transição, ou alternativa teste, não seria a de criação de «cooperativas de produção» ou de empresas mistas em que o Estado se associaria a «colectivos de trabalhadores»?

### **Produzir para quem ? E como ?**

Tão óbvia como a afirmação acima quanto à lógica de localização será a de que o empresário capitalista, entregue à sua própria «imaginação», escolherá produzir aquilo para que tenha, à partida, mercado assegurado, ou que se lhe afigure fácil de conquistar: sejam pastilhas elásticas, armas, detergentes ou produtos «de luxo». E esse mercado, ele avalia-o ou como um prolongamento do passado ou por analogia com «comportamentos de consumo» verificados no estrangeiro. A menos que decida aventurar-se nos mercados externos, tendo então de proceder a mais cuidada prospecção, quando não são muito simplesmente esses mercados que lhe vêm bater à porta. Por esta via, entre outras, as sociedades mais «avançadas» apontam o trilho que as mais «atrasadas» terão de percorrer.

Ora, acontece, uma vez mais, que os «compradores potenciais» (e ao empresário não interessam as necessidades *em si*, mas apenas aquelas que se traduzem em «poder de compra») se concentram sobretudo nas grandes áreas urbanas, pois aí se localizam as indústrias, se pagam salários mais elevados, se tem padrões de consumo «mais evoluídos», aí se situam os portos de exportação. Então, ainda por essa razão, ele irá aí localizar-se, mas, e é isso que agora nos interessa, irá produzir aquilo que essas populações estão dispostas a adquirir — ou a quem ele, à custa de publicidade, estimula tal disposição. Se são outros industriais os seus clientes, também nesse caso ele não tem que se interro-

gar sobre a utilidade social dos seus produtos: basta que elas constituam um mercado, nada mais.

A disseminação de indústrias pelo interior do País suporia elas adiantarem-se a um «mercado» não urbanizado, submeterem-se a uma lógica em que o «valor de uso» predominaria sobre o «valor de troca» — o que não significa que aí não se pudesse instalar indústrias produzindo para o mercado nacional, ou mesmo para exportação. Uma tal política, de qualquer modo, só teria algum sentido se os critérios de selecção dos produtos não fossem os da pura rendibilidade; se as empresas se integrassem, e não só economicamente, num novo «espaço social» que lhes conferiria — e reciprocamente — um dinamismo próprio; se elas constituíssem sobretudo «centros de trabalho» e não «centros de capital». Este último ponto merece, aliás, mais uma breve observação: a fábrica altamente automatizada, *dernier cri* da tecnologia, onde se investiu 1000 contos ou mais por emprego criado — emprego esse, em última análise, totalmente desqualificado — é a antítese mesmo do «colectivo de trabalhadores» (colectivo em todo o sentido). Ela nunca poderá, seja qual for o sistema, constituir um dos tais «centros de trabalho».

## Os pés na terra

Dir-se-ia que embalámos e que nos pusemos a «imaginar coisas» que não verão nem os nossos bisnetos. Seria interpretar mal o que se disse. Apenas procurámos dar instrumentos para ajudar a compreender os passos que forem sendo dados e, seria excelente, para encetar alguns. Insistimos em que as duas alternativas expostas constituíam estratégias-limite, o que só por si significa que nenhuma delas *tal qual* tem condições para ser seguida. As lentidões da reconversão agrícola, a inserção num quadro capitalista não só nacional, as necessidades (sociais) de sobrevivência dos pequenos empresários tradicionais, os compromissos que o Estado terá necessariamente de aceitar, as próprias urgências da situação económica tenderão a opor-se à primeira, como a escassez de capitais,

as dependências (inclusive tecnológicas) externas, o aumento do desemprego, entre outros factores, se tenderão a opor à segunda. A dinâmica da luta de classes, segundo as formas que tomar e os campos em que mais agudamente se manifestar, poderá produzir inflexões num ou noutro sentido. Mas cremos, apesar de tudo, ter alguma utilidade que se disponha de elementos para avaliar em que medida nos estaremos a aproximar mais de uma ou de outra linha de orientação — e daí tirar as necessárias conclusões. Isso nos permitirá ter «os pés na terra».

### III — PROBLEMAS DE PLANEAMENTO : A CIDADE E OS CAMPOS

Julgamos que não será de todo inútil continuar a filosofar um pouco sobre certas questões centrais ligadas ao planeamento e ao desenvolvimento económico-social, sobretudo para que se compreenda que o essencial dessas questões é facilmente apreensível e, como não podia deixar de ser, toca demasiado profundamente no quotidiano de cada um para que possamos confiá-las descuidadamente aos políticos ou aos técnicos que, do alto das suas competências, servem os desígnios daqueles. Estas breves considerações terão ainda, subsidiariamente, a possível utilidade de chamar a atenção para o facto, assaz bizarro, de se tratar de problemas que os partidos políticos têm, até aqui, evitado abordar. As suas propostas estão, é claro, subjacentes diferentes «projecto de sociedade», como hoje se diz, mas tais projectos nunca são explicitados — isto talvez porque todos os partidos se reclamam do «Povo», e tal explicitação implicaria esclarecer de que «Povo» falam e enfrentar as contradições que lhe são inerentes, coisa incómoda para a almejada «unidade». A única contradição que emerge com pujança dos discursos partidários, nem de todos, é a que opõe monopólios/latifúndios a povo/M.F.A. É pouco, e é pobre para efeitos de fundamentação de qualquer «projecto de Sociedade».

O problema a que iremos dar algumas achegas é o da compatibilização entre um planeamento «central» e o necessário revigoramento (não apenas económico) das comunidades regionais. Estamos perante uma das formas que reveste hoje o clássico conflito cidade/campo. Pelo facto de ser na cidade, em geral mais precisamente na capital, que se encontra concentrada a maior parte dos técnicos e intelectuais, supõe-se apressadamente que é aí que

reside a «inteligência social», ou seja, a capacidade de aprender e equacionar politicamente o conjunto das necessidades da «comunidade nacional», e de formular, numa situação (como são todas) de limitação de recursos, as soluções globais que melhor os repartam. Mas o que significa uma repartição de recursos *melhor* ou *pior*? Ela será melhor ou pior em função de determinados objectivos e de acordo com determinados critérios. Por exemplo, quando há regiões claramente mais atrasadas do que outras (e haveria também que precisar o que se entende por e como se define o «atraso»), é — ou será, por hipótese — o órgão de planeamento central que irá promover a correcção desses equilíbrios. E admitamos mesmo que tudo isto se passe muito democraticamente: terá havido numerosas comissões e grupos de trabalho a participar na elaboração do Plano, ter-se-ão feito ouvir os «órgãos regionais», etc., etc. Ir-se-ão, assim, implantar provavelmente grandes unidades industriais em zonas onde virão a constituir autênticos quistos promotores de uma «civilização industrial» agressora, quando seria porventura muito mais vitalizante incentivar a libertação de uma «energia cultural» própria, canalizando-a para tarefas de desenvolvimento local ou regional. Ou pretender-se-á criar certas «facilidades» sociais, como creches e infantários, onde a vida comunitária já se encontra organizada de forma a que sejam bem outras as necessidades prioritárias.

Esta ditadura da tecnocracia cidadina, ainda que exercida em nome de uma «visão socialista», ainda que tal tecnocracia se encontre ao serviço de qualquer autodenominada vanguarda política, continuará a ser a negação mesma de algo a que se possa chamar de autêntica «democracia popular». Esta nunca poderá prescindir de um grau tão elevado quanto possível de autonomia regional, de iniciativa das massas a nível regional. As duas experiências mais conhecidas tendentes à solução deste conflito entre centralismo e descentralização são a jugoslava e a chinesa. Ambas nascidas à sombra do modelo soviético, fortemente centralizador, a primeira cortou com ele logo após o fim da segunda guerra mundial e lançou um socialismo «autogestionário», a segunda só veio à «reencon-

trar-se» plenamente a partir da traumatizante retirada de todos os técnicos soviéticos em 1960 (sendo tal retirada — que deixou a meio da montagem numerosas unidades industriais — já consequência, aliás, do desacordo soviético em relação a conceitos de desenvolvimento considerados demasiado heterodoxos...).

País de mais escassos recursos e mais desarmado ideologicamente, a Jugoslávia não conseguiu escapar a uma gradual aproximação dos países capitalistas, acentuada após as reformas de 1965, tendo a sua experiência de «autogestão» (a nível de empresas, de serviços e administração locais) degenerado num revigoramento da economia de mercado, que hoje só aparentemente se diferencia de uma economia capitalista. Faltou um «projecto socialista» coerente, capaz de evitar que a dialéctica Partido-órgãos de autogestão viesse a resultar na criação de uma nova elite, de marcado sentido individualista. Entretanto, as regiões atrasadas continuaram atrasadas, fornecendo largos contingentes de emigrantes aos países capitalistas ocidentais, bem como boas somas de divisas ao Estado, com as quais este financia as abundantes importações de que necessita. Casos como este, sem autogestão, conhecemos nos bem...

Já no caso da China, desde os tempos distantes da luta armada que, ao longo dos anos, a íntima ligação partido-exército revolucionário-camponeses produziu, através da acção e da permanente discussão política a todos os níveis, um verdadeiro «projecto socialista» fortemente radicado nos problemas das comunidades locais e regionais, em particular das comunidades camponesas. Tal projecto apontou desde cedo para o conceito-base de «contar com as próprias forças». É certo que os recursos imensos de um país como a China favorecem o êxito da aplicação prática de tal conceito. É certo, também, que o contexto histórico e cultural da revolução chinesa, bem como a sua inserção geográfica e o seu nível económico à partida, concorreriam para que os modelos de «sociedade de consumo» lhe fossem totalmente estranhos e de difícil penetração. Tudo isso constitui, naturalmente, um conjunto de factores a ter em conta e a impedir qual-

quer transposição mecânica da experiência chinesa para outras regiões. Nem por isso, contudo, ideias-força como a de «contar com as suas próprias forças», com tudo o que contém de apelo à imaginação, à criatividade, à descoberta de soluções novas, deixam de ser particularmente estimulantes e merecedoras de alguma reflexão. Essa simples noção, só por si, representa um inegável incentivo à luta contra o centralismo citadino, se bem que, obviamente, a auto-subsistência regional seja, de um modo geral, não só inatingível como, levado ao extremo esse propósito, uma fonte de desperdício de recursos (os chineses também conhecem tal experiência negativa, sobretudo no período do «grande salto em frente», sendo já clássico o exemplo dos pequenos altos-fornos de aldeia).

Que tem isto a ver com Portugal? Poderá pensar-se que Portugal possa sobreviver contando só com as suas próprias forças? Ou que, no limite oposto, cada pequena comunidade rural possa igualmente adoptar tal princípio? Pôr assim o problema é, obviamente, incorrecto. Mas perspectivar o futuro em termos de «recorrer ao máximo às próprias forças» é não só correcto como, provavelmente, a única saída possível. Com efeito, ou o sistema político português toma tal feição que de novo encorage as «ajudas externas» que não têm ultimamente abundado de nenhuma latitude — e é bom meditar a que feição (ou feições) nos estamos referindo — ou teremos de enfrentar aquela situação, que exigirá a coragem de todas as soluções *libertadoras*, e não poderá desperdiçar a menor parcela das energias ancestralmente adormecidas por esse país fora.

Com efeito, será possível a um qualquer «gabinete do Plano» em Lisboa prever e programar as medidas mais adequadas para solucionar um sem-número de problemas regionais e locais, apenas com base nas informações de meia dúzia (ou umas dúzias, é o mesmo) de representantes encartados das ditas regiões? Não será, por essa via, matar à nascença toda uma variedade inimaginável de soluções que as massas populares poderiam e deveriam encontrar por elas próprias, quantas vezes à custa de bem menores volumes de recursos sociais? A pró-

pria política de investimentos, excluídos os grandes investimentos industriais e de infra-estruturas, em princípio da competência do Estado, não deveria ser largamente descentralizada, de forma a desenvolver comunidades regionais equilibradas, e com apreciável autonomia, sob reserva de uma articulação muito flexível que precisamente teria por função evitar as duplicações de esforços, e portanto os desperdícios sociais? Não teria isto de ser acompanhado de uma reactivação da vida cultural e política regional, em que a função de «animação» competiria papel fulcral, convindo não a confundir com qualquer paternalista orientação por «especialistas» da intelectualidade lisboeta?

É claro que tudo isto levanta mil e uma novas interrogações. O «projecto» é de tal monta, parece de tal forma «aventuroso», que será fácil apodarmos-nos de vendedor de ilusões. Será tentador substituí-lo por outro mais dirigista, mais tecnocratizante, mais experimentado — enfim que reserve menos surpresas, pelo menos na aparência. Temem-se boicotes, resistências, intervenções — que, afinal, mesmo sem tais ousadias, já se estão a verificar diariamente. É de facto mais cómodo «pensar Portugal» como uma sociedade que terá de seguir os trilhos já batidos de qualquer «sociedade de consumo», de Leste ou Oeste. Mas torna-se cada vez mais claro que o tempo, o desenrolar da dialéctica social, se encarregarão, em dado momento, de alinhar as poucas opções possíveis. Não nos apercebermos delas a tempo, «descolar» soberanamente das realidades sociais, poderá talvez significar que se *escolheu* em última análise uma via pouco original para algo nada original...



## IV — UMA ECONOMIA DE GUERRA EM TEMPO DE PAZ

Porque nos havemos de iludir? Que ganharemos em admitir que o plano e as eleições irão permitir dar à economia portuguesa aquele alento que tem vindo a perder, aquele dinamismo que, aliás, nunca teve?

Diz o conhecido ditado chinês: «dá um peixe ao esfomeado, ele comerá um dia; ensina-o a pescar, ele comerá a vida inteira». Pois bem, o fascismo deixou-nos um peixe, um único peixe: as reservas do Banco de Portugal. É bom que se tome consciência de que estamos a comer esse peixe, mas que um belo dia (mais um ano, ano meio?) ele ficará reduzido à espinha. Não será tempo de aprender a pescar? De começar a ver a «pesca» que mais nos convém?

### Uma revolução sem austeridade?

Passemos em revista alguns factos interessantes. Em primeiro lugar, cremos não ser exagerado afirmar que, *excluídos os desempregados* <sup>(1)</sup>, serão bem poucos os portugueses que em 1974 se viram na dura necessidade de «apertar o cinto», isto é, de reduzir de forma perceptível os seus consumos correntes. Com efeito, as categorias de trabalhadores com mais baixos salários beneficiaram, de uma forma geral, de aumentos que neste momento ainda não devem ter sido absorvidos na totalidade pela taxa de inflação (embora em muitos casos talvez já não falte muito). Ora estas categorias, segundo na altura

---

(1) Bem como certas categorias de assalariados urbanos privilegiados, que complementavam largamente os respectivos salários com actividades de especulação bolsista. E ainda, é claro, os trabalhadores remunerados «à peça» ou à comissão.

fomos informados, representavam mais de 50 por cento dos assalariados não-agrícolas. No extremo oposto teremos, por um lado, os detentores de rendimentos do capital (e as profissões liberais), cujos recursos permitem manter durante largo tempo um elevado nível de vida, sejam quais forem as circunstâncias; e, por outro, os quadros médios e superiores, cujos aumentos, na generalidade, terão sido inferiores à taxa de inflação, mas que, normalmente, também dispõem de meios razoáveis de defesa (poupanças, possibilidade de acumulações, acesso a funções «importantes» pós-25 de Abril, etc.), suficientes para atravessar situações destas sem grande moossa. Quanto à massa intermédia — digamos, grosseiramente, aquela que se situa em níveis salariais entre os 6 e os 12 contos/mês — terá havido numerosos assalariados que viram descer o salário real (isto é, descontada a taxa de inflação), mas pode admitir-se que, na maioria dos casos, o simples adiamento de certas aquisições de bens duradouros terá sido bastante para assegurar a manutenção dos padrões habituais de consumo (1).

Se atentarmos em que 100 000 desempregados, a uma média de 4 contos/mês, equivalem a uma disponibilidade de 400 000 contos/mês, os quais chegam para pagar 1000 escudos de aumento a 400 000 trabalhadores que mantiveram o emprego; e que o restante dos aumentos efectuados terá sido «pago» pela inflação, pelo recurso a poupanças anteriores, pela emissão monetária, etc., compreendemos como é que um país que produziu certamente *menos* que em anos anteriores pôde não só evitar a austeridade como ainda aumentar ou sensivelmente manter o seu «nível geral de vida» (insistimos, *excluindo os desempregados*).

Ora é evidente que não há sistema económico nenhum, e muito menos — se assim se pode dizer —

---

(1) Isto excluindo certos comportamentos que seria demasiado fácil classificar como irracionais, mas que são sociologicamente explicáveis: falamos da «escala de prioridades» de consumo, viciada pela ideologia e pela organização social dominantes, que terá levado muitos a adquirir automóveis quando certas necessidades básicas estavam longe de se encontrar satisfeitas; em tais casos, o «apertar o cinto» terá sido finalmente uma *sanção*, não uma *necessidade*.

o sistema capitalista, que possa sobreviver longamente numa tal situação: diminuindo a produção, não acumulando capital produtivo — ou mesmo inversamente, canalizando poupança para fins de consumo —, socorrendo-se de reservas monetárias necessariamente limitadas. Nessas condições o sistema autodestrói-se, e com isso espera, naturalmente, arrastar na queda um poder político «estranho», e vir a resnascer pela mão daqueles, mais fortes economicamente e mais persistentes politicamente, que sempre sobrevivem. Note-se que ao dizer que o sistema «espera» não o estamos a personalizar ou a atribuir-lhe qualquer subjectivismo: trata-se, muito pelo contrário, de mecanismos *objectivos*.

O que se disse serve ainda para demonstrar em que medida se não pode falar, *em rigor*, a propósito do processo que estamos vivendo, de uma verdadeira *revolução*: não há revolução sem uma autêntica ruptura nos comportamentos quotidianos (nomeadamente os de consumo), sem um clima generalizado de «apertar o cinto» (sobretudo num país com o escasso potencial económico português; sobretudo nas categorias de mais elevados rendimentos), sem um igualmente generalizado «cerrar de dentes» e «arregaçar de mangas», sem uma fase de completa reformulação de *objectivos*, de total reconversão dos meios disponíveis. É a tal situação que poderemos chamar de «economia de guerra» — em tempo de paz. O que é impossível sem uma mobilização consciente — contrariamente à autêntica economia de guerra, em que a mobilização é em geral forçada — que suporte e controle todos os «traumatismos» que implica uma radical reestruturação política, económica e cultural.

## **Capitalismo e desperdícios sociais**

Vejam os um segundo conjunto de factos, ao sabor de notícias mais ou menos recentes de jornais diários. Retenhamos apenas três:

- Uma empresa de montagem e comercialização de veículos automóveis tem em «stock» várias dezenas de autocarros, que não encontram com-

prador, incluindo as próprias empresas de transporte do mesmo grupo.

- Um navio de pesca está paralisado no cais durante um mês porque o seu armador se recusa, por questões de principio, a efectuar um pagamento salarial para o qual, aliás, declara ter disponibilidades financeiras.
- Uma empresa metalomecânica, das mais importantes do País, que cresceu apoiada no fabrico de máquinas agrícolas, virou-se em dada altura para a montagem de camiões militares, encontrando-se agora numa situação extremamente difícil, tendo o Estado passado a administrá-la.

Cada um destes factos<sup>(1)</sup> suscita um mundo de interrogações e de reflexões. Enunciemos apenas algumas.

Quando se afirma ser indispensável dar prioridade aos transportes colectivos sobre os transportes individuais; quando muito simplesmente se compara a área ocupada (de estrada, de rua, de estacionamento, em suma, de *terreno social*) por um autocarro de 40 passageiros com a que ocupam 40 automóveis cada um com um passageiro; quando daí se deduz as espantosas economias sociais da primeira solução sobre a segunda (de energia e de tempo, pela maior velocidade de circulação; de investimento, por uma melhor utilização do espaço físico, etc), não pode deixar de se considerar uma perfeita aberração, um indiscutível crime social o facto de jazerem em qualquer armazém numerosos autocarros que, ainda que em escassa medida, contribuiriam para reforçar e modernizar a frota de transportes colectivos. Mas, pergunta-se, é de es-

---

(1) Juntamos um quarto exemplo, de que recentemente tivemos conhecimento e que o leitor facilmente integrará na análise subsequente: uma importante empresa de construção civil de que o Estado tomou o controlo tem cerca de um milhão de trabalhadores em excesso relativamente às obras em curso. Como lhes continua a pagar os salários, a fim de não os lançar no desemprego, ofereceu-se a várias autarquias locais e até governos civis para executar gratuitamente trabalhos de que houvesse urgente necessidade: não encontrou qualquer eco a esta sua diligência!

pantar que, *na óptica capitalista*, os empresários de transportes se não mostrem inclinados nas circunstâncias presentes a efectuar o investimento que constituiria a aquisição de novos autocarros? E ainda que estivessem dispostos a fazê-lo, terão *de facto* as necessárias disponibilidades financeiras? Ou obterão créditos? Já terá sido dada *ordem* aos bancos para que dêem prioridade ao crédito a empresas de transportes colectivos? Será *possível* dar essa ordem?

Num país que se alimenta mal, que importa enormes quantidades de produtos alimentares, que nisso esgota uma apreciável parcela das suas divisas, não será, de novo, uma aberração, um crime social, ter um navio de pesca parado durante um mês, com isso reduzindo ainda mais as já escassas disponibilidades alimentares? E, e nem se discute. Mas, *no quadro das relações de produção existentes*, não terá o armador todo o «direito» de ter o barco parado (ou, o que vem a dar ao mesmo, de se recusar às concessões que fariam terminar uma greve), se entender que assim defende melhor as suas posições e o seu negócio, a prazo? É claro que lhe assiste esse «direito», e a prova é que o Ministério do Trabalho não teve meios «legais» para o demover.

Enfim, não será outro crime social que num país que importa grande parte das máquinas e equipamentos de que necessita, em que é baixíssima a produtividade agrícola, uma grande empresa metalomecânica tenha perdido a sua vocação de produzir coisas *úteis*, como máquinas agrícolas, para produzir coisas socialmente inúteis, mas mais lucrativas, como camiões militares? E que, no momento em que tal mercado findou subitamente, tenha o Estado de ir por certo efectuar investimentos para reconduzir a empresa a uma produção talvez menos lucrativa mas com certeza mais útil (admitindo que é isso que o Estado vai fazer)? Mas, uma vez mais, poder-se-á condenar o empresário capitalista que, entre dois tipos de produto, escolheu o mais rendível?

Que concluir destes três exemplos, bem como de múltiplos outros que diariamente passam diante dos nossos olhos? Que, tanto ou mais importante do que o equipamento produtivo de que dispomos (pe-

quenas unidades, tecnologias rudimentares ou ultrapassadas, escassez de qualificações, etc.) é o *modo* como é utilizado, como está organizada a produção, os *objectivos* para que está dirigida. Em termos mais rigorosos, embora seja baixo o *nível das forças produtivas* são as *relações de produção e de apropriação* que não permitem tirar daquelas o máximo de *utilidade social*. Diremos mesmo que, destruídas essas relações de produção, é muito provável que se verificasse ser espectacular o «rendimento social» que se poderia extrair de tais forças produtivas.

Destruir as relações de produção quer dizer, entre outras coisas, eliminar os obstáculos que se levantam a coisas aparentemente tão racionais como: pôr a circular autocarros necessários para os transportes colectivos em lugar de os ter parados; pôr a pescar todos os navios de pesca disponíveis; produzir máquinas agrícolas, ou outras, onde elas possam ser produzidas. Bastará para isso nacionalizar algumas grandes empresas industriais, «quebrar os dentes aos monopólios»? Mas nenhuma das empresas a que nos referimos é (ou pertence a) um grupo monopolista! E, como vimos, cada um dos ditos empresários actuou dentro das regras e da lógica do sistema capitalista em que vivemos.✽

## **Plano e revolução**

Destruir as relações de produção é uma questão política, muito mais que económica. Destruir as relações de produção é, em resumo, o *único* projecto revolucionário. Como é efectivamente baixo o nível das forças produtivas (ainda que não tanto quanto se supõe), como as dependências externas são numerosas e em vários domínios, é claro que esse *projecto* suporia a tal mobilização consciente, o tal «apertar o cinto», a tal vontade de resistência que já acima apontámos — ou seja —, o tal clima de «economia de guerra».

Podem duvidar-se que o nível de consciência política das massas — da grande maioria dos trabalhadores portugueses e até mesmo dos seus quadros políticos — esteja em condições de enfrentar e su-

portar uma tal prova. É todo o problema que costuma enunciar-se em termos de estar ou não a revolução «na ordem do dia». Do que não se pode duvidar é de que, face ao quadro que pintámos de início da insustentabilidade de «deixar andar as coisas» eternamente, ou essa consciência política generalizada existe (ou se desenvolve rapidamente através do processo de luta de classes), ou, na sua ausência, torna-se difícil vislumbrar a prazo soluções que não sejam autoritárias, de direita ou de esquerda. A primeira seria o retomar do processo capitalista, só possível à custa de uma repressão necessariamente violenta; a segunda seria o disfarce da revolução sob a capa da «estatização». Esta última, ainda que condições externas inesperadamente favoráveis lhe permitissem subsistir, não poderia igualmente evitar a repressão, fosse ela mascarada como «defesa dos trabalhadores» — a História mostra-nos que, nestas condições, as «novas» relações de produção instauradas podem não ser mais do que uma metamorfose das anteriores, quando só a ruptura seria verdadeiramente libertadora (e ainda que se saiba que tal ruptura é um *processo* e não um *momento*). Com efeito, o *projecto* de que falámos acima comporta uma fase difícil de destruturação/restruturação só ultrapassável através de uma prática levada ao extremo de uma autêntica «democracia de massas», de uma permanente tensão entre forças centralizadoras e descentralizadoras, entre disciplina e mobilidade, entre dirigismo e criatividade. O que é bem diferente do triunfo do centralismo, da disciplina (imposta), do dirigismo (burocrático).

Que tem tudo isto a ver com o Plano (ainda não publicado à data em que escrevemos)? É que o Plano propõe-se, exactamente, através de uma hipotética solução de meio-termo, desbloquear os empresários levando-os a investir e produzir, mobilizar os trabalhadores levando-os a esforçar-se entusiasmadamente pela reconstrução do país, reforçar o controlo estatal sobre a economia (por meio de nacionalizações e outras formas de intervenção). Ora julgamos lícito admitir que, na actual situação política e económica, esta última acção, de forte intervencionismo, será de molde a não encorajar o

investimento nos sectores não atingidos — até quando? perguntar-se-ão eles — sendo ao mesmo tempo insuficiente para desencadear a pretendida mobilização de trabalhadores. Cremos que o primeiro desses objectivos (o investimento privado) *já* só será *plenamente* conseguido por meio de uma solução política claramente à direita, ou, na melhor das hipóteses por uma espécie de social-democracia autoritária, que seria uma contribuição relativamente original que daríamos à história dos sistemas políticos... Quanto ao segundo objectivo, julgamos só ser possível (ou concebível) atingi-lo dentro de uma solução revolucionária — e não é, naturalmente, função de um Plano a de destruir aquilo que se propõe relançar, controlar, racionalizar. O Plano, pela sua própria natureza, não romperá com as relações de produção existentes: poderá fazer com que o peixe que estamos devorando dure um pouco mais, que a produção se vá aguentando e não tenda a paralisar a curto prazo, que o desemprego se não multiplique rapidamente, que as engrenagens da Administração Pública sacudam uns miligramas da ferrugem que acumularam, e mais outras coisas do género. Mas não conseguirá, pelas razões que já vimos, mudar o essencial, que se pode resumir em privilegiar a *utilidade social* em relação à *rendibilidade privada (ou pública)*. Um planeamento feito nesta base só pode vir *depois* e nunca *antes* de alterações políticas que se ataquem às relações de produção. Aqueles que exigiam ao Plano uma grande severidade no campo das nacionalizações não estavam a colocar o problema nestes termos, pois situavam as suas propostas *dentro* das actuais relações de produção. Se é certo que o controlo estatal de certos sectores é politicamente fundamental (o que implica ainda que seja *politicamente* utilizado, coisa distinta de *paridariamente utilizado...*), não se pretenda iludir os trabalhadores dando-lhes a entender que pode ser o Plano a fazer a revolução (ou a lançar-lhe as bases)... Esta não se faz em manobras de gabinete ou em assembleias de 10, 20 ou mesmo 200. Em tais conciliábulos poder-se-á, quando muito, tomar medidas que aplanem (ou não constituam) obstáculos ao processo revolucionário. E este pode, em determinadas condições, nem sequer ser favore-

cido por «ferozes» radicalismos de cúpula derivados de preocupações táticas, eleitorais ou outras.

Pôr autocarros a circular; fazer ao mar navios de pesca; fabricar máquinas agrícolas — parece tão simples (quando não se perguntar logo a seguir: será rendível?) e, no entanto, é suficiente para se compreender o que é (seria) uma revolução. Para se compreender que vivemos na sociedade do desperdício e da irracionalidade. Para se compreender o que seria uma «economia de guerra» voluntariamente assumida.

## ALGUNS TÍTULOS DE INICIATIVAS EDITORIAIS

### Colecção «Séc. XX/XXI»

(Nos últimos anos do século a problemática da transição)

Iniciação ao Sindicalismo

por Lucien Rioux

90\$00

Ler Gramsci

por Dominique Grisoni e Robert Maggiori

100\$00

A traição de Salazar

por Cansado Gonçalves

70\$00

○ Capital: conceitos fundamentais

por Marta Harnecker

80\$00

○ que é a ecologia?

por Michel Cuisin

70\$00

A Revolução Peruana

por Juan Velasco Alvarado

60\$00

Origens da estratégia frentista

Dimitroff, Estaline, Manuilsky, Togliatti Thorez

70\$00

## CADERNOS PONTOS DE VISTA

- |  |        |
|--|--------|
| N.º 1: O Presidencialismo Português  | 7\$50  |
| N.º 2: Cuba é estalinista? Textos de Heberto Padilla, Fidel Castro, Vargas Llosa, Charles Bettelheim, etc. | 7\$50  |
| N.º 3: Portugal pode viver sem as colónias? 10 depoimentos de alguns dos melhores economistas portugueses  | 25\$00 |
| N.º 4: Sobre os Sindicatos<br>Lenine   | 30\$00 |
| N.º 5: Sobre o Sindicalismo<br>Marx - Engels   | 25\$00 |
| N.º 6: A política dos Estados Unidos em relação à África. Immanuel Wallerstein                             | 17\$50 |
| N.º 7: O pensamento político de Salvador Allende   | 25\$00 |
| N.º 8: Natureza de classe do 25 de Abril<br>Ferro Rodrigues, Piteira Santos,<br>Mário Murteira             | 15\$00 |
| N.º 9: Che Guevara — Antologia breve   | 25\$00 |
| N.º 10: 55 dias de uma experiência democrática<br>Mário Murteira   | 25\$00 |
| N.º 11: A política económica do Governo Provisório. Eugénio Rosa, Francisco Camões, Maia Cadete            | 15\$00 |
| N.º 12: O Socialismo e o homem em Cuba<br>Che Guevara  | 15\$00 |
| N.º 13: Sobre o poder local. Fidel Castro  | 25\$00 |

**CADERNOS POLÍTICOS DE EDUCAÇÃO POPULAR**

MARTA HARNECKER e GABRIELA URIBE

Destes cadernos venderam-se centenas de milhar senão mais de meio milhão na América Latina. Talvez se trate da melhor obra existente de educação política popular. Adaptada à realidade portuguesa por uma equipa de economistas.

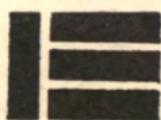
**Publicado**

- 1 — Explorados e Exploradores
- 2 — Exploração Capitalista
- 3 — Monopólios e Miséria

**A Publicar**

- 4 — Luta de Classes
- 5 — Imperialismo e Dependência
- 6 — Capitalismo e Socialismo
- 7 — Socialismo e Comunismo

Este caderno foi composto e impresso para Iniciativas Editoriais, em Abril de 1975, na Tipografia Ideal, Calçada de S. Francisco, 13, em Lisboa



**INICIATIVAS EDITORIAIS**

Av. Rio de Janeiro, 6 s/cove Esq. - Telef. 72 40 51 - Lisboa 5